

Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização

PEDRO PINCHAS GEIGER

FANY RACHEL DAVIDOVICH

Geógrafos do IBGE

A afirmação de que a industrialização, ao conduzir a integração do espaço nacional implantou o modelo centro-periferia no País, tornou-se lugar comum nas preocupações com a estruturação do espaço brasileiro (GEIGER, 1970; FAISSOL, 1972; BECKER, 1972). Como objetivo principal, o presente trabalho se propõe a repensar a aplicação daquele modelo ao Brasil, o que, segundo DICKENSON (1974), pode incorrer em demasiada simplificação.

A preocupação do “repensar” encontra eco no pensamento filosófico de BACHELARD, quando se refere ao significado de um objeto construído, entendido como objeto científico. Segundo aquele autor, cada “construção” do objeto implica em alcançar novas revelações sobre a complexidade do mesmo, complexidade essa a ser transcendida pela simplificação que produz à teorização. A intenção de assinalar a complexidade da estrutura espacial do País faz-nos, mais uma vez, citar BACHELARD. Diz-nos ele que o “objeto” é passível de construção e reconstrução e que toda a construção nova incorpora elementos da situação anterior. Essas considerações podem ser transferidas para o espaço, entendido como objeto da geografia.

Deste modo, procurou-se focalizar a estruturação do território brasileiro à luz de categorias do sistema social do País que se afiguraram como mais importantes para a perspectiva espacial.

ARTIGOS

Uma primeira consideração é a de que as linhas principais da organização atual do espaço refletem um sistema em que se estabelecem relações entre uma economia industrial e um poder oficial que sustenta o desenvolvimento de formas capitalistas no País. Nesse desempenho, a esfera governamental tanto assume atuação empresarial como política, no que faz valer prioridades e o instrumental do planejamento. A identificação de um sistema espacial do tipo centro-periferia no território nacional é reconhecida como inovação desencadeada pela industrialização. Vale dizer que, também no Brasil, esse processo importou em acumulação do capital, conduzindo à concentração geográfica de recursos e de atividades da população, cujos efeitos de repercussão levam à integração progressiva do espaço do País, rompendo com a antiga estrutura em arquipélago econômico.

Mas o encadeamento de inovações desenvolvido pela industrialização implicou, também, na reelaboração de estruturas espaciais que mostram força de permanência no território nacional. Assinalamos, portanto, a importância da categoria histórico-estrutural na caracterização do espaço geográfico. Duas noções principais ressaltam desta segunda consideração:

- a noção da macrorregião. A grande extensão de espaço é uma concepção que dominou a estruturação do território nacional desde o início da colonização. Os primeiros núcleos urbanos implantados, a despeito de seu porte acanhado, deviam assumir áreas imensas de ocupação extensiva sob seu controle. Com a industrialização a percepção do dimensionamento regional refere-se também a proporções macro. Nas áreas mais atrasadas, onde não se desenvolveram relações de uma economia de tipo mercado, a macrorregião passa a ser oficialmente institucionalizada, submetida a órgãos da esfera federal que, naquela escala espacial, reproduzem a atuação de um poder tradicionalmente unitário e centralizado.

Mas com a industrialização, a macrorregião adquire ainda novo conteúdo e novas escalas, no que ressalta o papel da grande cidade sob a economia industrial. O centro de categoria metropolitana passa a assumir a Região sob forma de reconstrução do espaço de sua área de influência, o que tem início no território mais imediato, onde se constituem áreas e regiões metropolitanas. Em nosso País esse processo vem, de certo modo, superpor-se à uma situação urbana tradicional, que é a da precedência da implantação da cidade sobre a elaboração da Região;

- uma segunda noção é a da dinâmica da litoralização das atividades econômicas e de seus diferentes impulsos para a interiorização, que marcou o processo de ocupação histórica do território nacional. Com a economia industrial essa dinâmica se acentua e ganha novas proporções (DAVIDOVICH, F., inédito).

Com estas noções procuramos ressaltar que o processo histórico pode guiar linhas de organização do espaço *a posteriori*, sem mostrar-se propriamente determinístico. Com estas noções buscamos, igualmente, sustentar a idéia de complexidade a que nos referimos anteriormente e que relacionamos à estrutura espacial do País. Acresce, ainda, que as considerações tecidas fazem recorrer à imagem de condições cíclicas do espaço que encontra apoio na “teoria dos ciclos” (THOMPSON, J. — 1966) e à imagem de um espaço em pulsação.

Ainda que suscintamente, a abordagem da evolução da estruturação do espaço brasileiro sob a industrialização pode tornar mais claros

os “movimentos” que animam essa dinâmica e servir de introdução aos temas que serão desenvolvidos no trabalho.

Na primeira fase da industrialização a elaboração espontânea de uma *core-área*, decorrente da concentração da atividade secundária em torno dos dois maiores focos metropolitanos do País, definiu como macrorregião o Sudeste, cuja escala pode ser equiparada a das grandes unidades de espaço caracterizadas pelas condições naturais ou pelo nível de desenvolvimento das atividades primárias. A acentuação das desigualdades entre as Regiões do País deu origem a iniciativas de jurisdição oficial a começar pela SUDENE, que veio institucionalizar o Nordeste como macrorregião, transbordando os limites tradicionais daquela área. A criação de órgãos federais de âmbito regional, um de caráter administrativo — a SUDENE — outro de caráter financeiro — o Banco do Nordeste — refletiram, de certo modo, aspectos da própria estrutura do Poder: de um lado representa a hegemonia da esfera federal, que se acentuou consideravelmente nos anos 60, mas de outra parte manteve ainda o jogo de injunções regionalistas.

A segunda fase da industrialização, em meados da década de 60, corresponde a reformulação da estrutura do Poder, em termos de modernização tecnológica do Estado e de maior concentração do sistema político. Dominantemente centralizada na história do País, essa estrutura desenvolveu na política econômica de caráter nacional uma orientação para a eficiência, de certo modo em detrimento das preocupações em torno da equidade regional. Verifica-se, assim, que à semelhança de nações de capitalismo avançado, em nosso País é, igualmente, um Poder unitário e apoiado em quadros tecnocráticos que cada vez mais estabelece formas de controle do território a ser integrado, segundo interesses nacionais. Neste contexto, a preocupação com o confronto entre regiões passou a ser superada pela das relações entre conjunto e componentes. Significa dizer que a evolução dos sistemas poderia ser ameaçada pela vigência de políticas regionais, divorciadas de um processo único, a um tempo nacional e regional (GEIGER, 1974).

Do ponto de vista espacial, a essa fase se relaciona a concentração econômica mais acentuada da *core-área* e sua repercussão sobre a crescente integração do País. Por sua vez, viu-se valorizada a esfera estadual. Sob a idolatria dos centros de crescimento processa-se o desenvolvimento induzido de capitais (BERNARDES, L. 1974), sobretudo pela modernização social e administrativa, desenvolvimento esse que deveria reverter sobre os respectivos Estados, concebidos como escala regional. Significa dizer que a valorização da esfera estadual visou à elevação do nível de serviços no seu território, sem implicar em ascensão no plano político.

Na fase atual, atingido grau de expansão mais elevado, a industrialização se faz acompanhar da intensificação de articulações no território nacional. Ao iniciar-se a década de 70, o sistema urbano é composto de diversas metrópoles regionais com população superior a um milhão de habitantes. A configuração metropolitana tem como atributo a acentuação da implantação de unidades fabris que, se aí não assume verdadeiramente caráter de concentração, já corresponde, no entanto, a efeitos da desconcentração espacial de indústrias a nível nacional.*

* Nesse particular, cabe referência a escalas espaciais da concentração e desconcentração industrial no País. Pode ocorrer, simultaneamente, desconcentração de indústrias a nível nacional, mas concentração, ainda que relativa, dentro de uma macrorregião, onde repontam as respectivas metrópoles. Pode, por outro lado, ocorrer que nas áreas de grande concentração, como são as principais unidades metropolitanas do País, se processe desconcentração de fábricas do núcleo central para as periferias imediatas.

Ter-se-ia, assim, confirmada a “teoria da aglomeração” (THOMPSON, J., 1966), que se refere à afinidade entre aumento da indústria e aumento da dimensão urbana, na medida em que o estágio de desenvolvimento econômico progride. Confirma-se, igualmente, a noção de que o crescimento acumulativo decorre do jogo das economias externas, conforme assinalam diversos autores.

Do ponto de vista espacial, elabora-se, portanto, no País uma regionalização que progride, desdobrando-se em novas dimensões de escala. Sustenta-se, assim, a idéia de que a industrialização cria suas condições de maior eficiência, impulsionando uma divisão territorial do trabalho que lhe é própria.

Cabe, portanto, assinalar que a estruturação do espaço desenvolvida pela economia industrial assume aspectos característicos, que também vêm se manifestando no Brasil, onde mostram, porém, formas particulares. Nos países de capitalismo avançado os regionalismos tradicionais tendem cada vez mais a ser eliminados, enquanto a divisão do espaço se transforma em unidades significativas para o conjunto, isto é, em unidades que atendam a interdependências do sistema produtivo (CASTELLS, M., 1973).

Em nosso País podem se reconhecer tendências semelhantes na atuação de prevalência do interesse nacional, retomada pela atual política federal. No presente estabelecem-se, porém, diversas modalidades de estruturação do espaço.

Como anteriormente mencionamos, permanece a concepção da macrorregião tradicional como grande extensão territorial. Nesta concepção estão compreendidas vastas regiões definidas pelo quadro físico ou pelas formas históricas de ocupação, condições essas que perdem expressão na regionalização moderna de nações desenvolvidas. Em nosso País, já o referimos, as que se encontram em estágios sociais e econômicos mais atrasados passam a ganhar organização institucionalizada que corresponde à ação política de controle sobre amplos territórios. Constata-se, portanto, que, formalmente, este processo representa, por ora, o entrosamento dos interesses do setor federal com quadros regionais tradicionais.

Mas com a industrialização estrutura-se também como escala de macrorregião a própria *core-área*, o Sudeste, e ainda as regiões nodais elaboradas pelas metrópoles, que já se fazem espontâneas em certas partes do País, mas em outras áreas são incentivadas por políticas exógenas a elas.

Verifica-se, portanto, que sob essa dinâmica espacial, certas estruturas ainda se mantêm, outras passam a emergir, enquanto algumas tendem a submergir. Dentro da macrorregião há unidades estaduais que diminuem de importância como dimensão regional. Há exemplos na região que se estrutura em torno de Porto Alegre, incorporando trechos catarinenses; no próprio movimento de fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro; ou no Estado da Bahia, que declina como escala de região dentro do Nordeste, enquanto surge nova geometria regional, representada pelo eixo Salvador-Recife. Em outros casos, a escala da macrorregião tende a se confundir, aproximadamente, com a de respectiva unidade estadual, como a área que vem se elaborando em torno de Belo Horizonte ou a de São Paulo, que já transborda para Estados vizinhos.

Verifica-se assim que, particularmente no Sudeste, área não submetida a uma jurisdição oficial de caráter regional, desdobram-se outras escalas de macrorregião, atribuindo nova identidade àquelas mesmas unidades estaduais que foram as únicas na federação a se assegurar de uma hegemonia política, por ocasião da proclamação da República.

O processo da economia industrial é, portanto, agente da reelaboração de formas tradicionais de estruturação do espaço e da criação de novas formas, que implicam em diferenças de escala e de problemas, incluindo os de sua organização institucional. Nesse contexto delinea-se a hierarquização de escalas meso e microrregionais. Mas, por outro lado, na medida em que a maioria dos centros de categoria metropolitana se localiza na faixa costeira, acentua-se o processo de litoralização, tradicional na ocupação do território, enquanto os impulsos de interiorização vão se relacionar ao grau de concentração de recursos que aquelas metrópoles passam a acumular. É, portanto, a partir de São Paulo que se projeta a penetração mais avançada do interior do País.

Nesse processo poder-se-ia evocar, de certo modo, formas de ocupação territorial dos Estados Unidos. O povoamento inicial também não contou com uma organização urbana preexistente e, igualmente, se estabeleceu em uma faixa litorânea ao longo da costa atlântica. Do mesmo modo, os aglomerados iniciais serviram de base para a progressiva conquista do interior, cuja valorização se acentuou na medida em que também aumentou a concentração industrial, administrativa e de gestão nos principais centros urbanos.

O documento que apresentamos, como expressa o título, situa-se, tão somente, ao nível de reflexões. Significa dizer que não pretendemos ter alcançado definições detalhadas e sistematizadas implicando em julgamento de valor, capazes de atender a necessidades de políticas locais mais minuciosas e que encerrem possibilidades de predição. Inegavelmente, estes são objetivos que se constituem a um tempo em desafio e estímulo a nosso pensamento geográfico. Animou-nos por ora a idéia de contribuir para a compreensão de condições do espaço brasileiro e, se possível, levantar novas percepções sobre esse espaço e idéias para novas pesquisas.

O presente trabalho distingue dois temas principais:

- a reelaboração das estruturas regionais, compreendendo o nível de macrorregiões e o delineamento dos níveis de meso e microrregiões;
- a integração de um modelo espacial do tipo centro-periferia com o processo de litoralização-interiorização, relacionada, no presente, à expansão do fenômeno da metropolização no País.

1 - REELABORAÇÃO DAS ESTRUTURAS REGIONAIS

O processo de regionalização do País, que em linhas gerais foi acima abordado, leva ainda a ressaltar alguns aspectos, tendo em vista esclarecer o desdobramento do espaço em diversas escalas de região.

Além do que foi anteriormente esboçado a respeito da influência do sistema de Poder sobre a estruturação do território nacional, passamos a distinguir outras inferências espaciais desta atuação. Não é demais assinalar a importância de considerar as relações da estrutura do Poder para a compreensão das formas de espaço, que resultam de processos sociais. Reconhecemos, todavia, as dificuldades desta pretensão, que esbarra inclusive com a complexidade do sistema político, econômico e social do Brasil, na pauta de debates e estudos em diferentes áreas das ciências sociais.

A forma de centralização do poder no País certamente pode ter como referência o modelo de MORTON FRIED (*The Evolution of Political Society*), citado por SOJA, E. (1971): “uma sociedade relativamente estratificada, de comportamento nacional menos desenvolvido, pode tender para um Estado centralizado, onde “progresso” ou “modernização” não possuem a conotação de um objetivo inespecífico, idílico, mas significam um processo de complexidade crescente, maior diferenciação funcional e espacialização, tecnologia e controle crescente sobre as forças naturais, expansão da escala da sociedade”, pg. 41.

As cogitações sobre as inferências espaciais desta forma de centralização do Poder levariam a pensar que no País se elabora uma economia nacional, localizada em diversas partes do território (OLIVEIRA, F. e REICHSTUL, H. F., 1973), em substituição à economia agrária tradicional, constituída de várias frações regionais. Tratar-se-ia, então, de uma economia nacional regionalizada?

Relativamente a essa forma espacial da economia cabe distinguir dois aspectos principais.

Um primeiro aspecto é o de que uma economia nacional regionalizada admite a presença de um empresariado regional e de centros regionais de decisão. No Brasil verifica-se, porém, que a expansão de indústrias em metrópoles regionais foi, em grande parte, consequência de uma desconcentração locacional induzida pelo Poder central, através de uma política de incentivos fiscais e financeiros. Deste modo, incorporando em certa medida os interesses da periferia, a estrutura unitária do Estado cria também estímulos às economias regionais. Além dos mecanismos oficiais, como o 34/18, acrescentam-se os benefícios indiretos, que se concretizam em facilidades e atendimentos concedidos a iniciativas presentes em diversas metrópoles, como por exemplo a implantação da Aços Piratini, em Porto Alegre ou da Cosigua, na Guanabara.

Verifica-se, portanto, que a centralização do sistema político não se identifica necessariamente à concentração geográfica das atividades econômicas. Opostamente, uma estrutura de Poder descentralizada poderia admitir que, no confronto entre Regiões, a concentração econômica viesse espontaneamente acentuar-se na área mais dotada de recursos. No entanto, cabe deixar claro, que a esse Estado centralizado corresponde na verdade uma estrutura de concentração no setor de decisões, assim como no das finanças e economia que, geograficamente, podem ser desconcentrados.

Na política de incentivos fiscais identificam-se, assim, tendências à extensão do Centro, na medida em que se reconhecem naqueles subsídios formas de diminuir custos do capital acumulado no Sudeste (OLIVEIRA, F. e REICHSTUL, H., 1973). Verifica-se que grande parte das indústrias implantadas no Nordeste corresponde a filiais ou subsidiárias de empresas nacionais ou estrangeiras sediadas na *core-área*. A noção de “extensão do Centro” vem ao encontro de idéias defendidas por LASUEN, J. (1973), e configurar um novo processo de litoralização, posto que a maioria das cidades metropolitanas submetidas à indução oficial se encontra na faixa costeira.

Cabe aqui, portanto, a indagação sobre a possibilidade de desenvolvimento amplo de empresariado e centros regionais de decisão em um contexto econômico como o do Brasil, onde essas características de “extensão do Centro” se referem à presença dominante de empresas estatais e multinacionais.

Não obstante, cabe assinalar, também, que essa desconcentração econômica a nível de espaço pode impulsionar, por sua vez, economias regionais, como anteriormente mencionamos. Abordamos, assim, um

segundo aspecto relacionado à uma economia nacional regionalizada. Refere-se à existência de um mercado regional de tal porte que o volume da atividade industrial implantada na respectiva metrópole não dependa, apenas, das relações estabelecidas com a *core-área*.

Este segundo aspecto encontra eco na noção de “expansão de escala da sociedade”. Vale dizer que essa expansão implica no desdobramento de escalas, inclusive as do espaço, desde o nível nacional até o local, em função do crescimento econômico e populacional do País e do aumento de acessibilidade proporcionada pelo desenvolvimento dos transportes. Essas condições fizeram crescer a competição entre empresas de âmbito nacional, o que vem a se refletir por sua vez na competição entre as metrópoles em modernização que procuram atraí-las, mediante facilidades oferecidas para sua instalação. Como exemplo, cita-se a disputa travada entre Porto Alegre, Guanabara e Belo Horizonte, ou mesmo São Paulo, em torno da localização de novas empresas da indústria automobilística.

Essas considerações nos introduzem aos itens a que nos propuzemos inicialmente, a começar pela estrutura da macrorregião.

1.1 - Reelaboração da estrutura da macrorregião

A importância da macrorregião na organização do espaço brasileiro acreditamos ter sido ressaltada na primeira parte do trabalho, quando, igualmente, salientamos a ligação entre a estruturação do espaço e o entrosamento das forças econômicas com o poder oficial. Na apreciação de fatores que conferem tal significado à macrorregião, cabe uma primeira referência à noção da regionalização como função da associação hierarquizada de uma série de variáveis e de seus campos de força. Um serviço localizado em um lugar central se constitui em uma variável, enquanto o campo de força é representado pelo seu limiar e alcance.

Deste modo, a referência ao papel da economia industrial sobre a estruturação do espaço faz salientar também as necessidades de escala exigidas pela produção e pelo consumo, que implicam em áreas de considerável volume de atividades e que podem se traduzir em extensões consideráveis. A formação de grandes unidades regionais em torno de metrópoles onde se concentram modernas atividades industriais é tendência de âmbito universal, que se observa também em países desenvolvidos (BERRY, B. 1971). No Brasil, igualmente, o constante crescimento do setor industrial influi, cada vez mais, no fracionamento do espaço em vastas unidades subnacionais. Mas, freqüentemente, são extensões que compensam, de certa forma, as baixas densidades econômicas vigentes. Por outro lado, nos países de capitalismo avançado, o processo contemporâneo de renovação tecnológica superpõe-se, via de regra, a um espaço submetido a fases industriais anteriores que fizeram desenvolver centros e empresários locais. Deste modo, os desníveis regionais, quanto ao grau de desenvolvimento, se tornaram menos acentuados. Já no caso brasileiro, a grande metrópole quase sempre se apresenta como cidade primaz de uma região agrária tradicional, cuja estrutura não foi propícia à expansão empresarial na indústria. Trata-se, portanto, de condições que favoreceram a acentuação das desigualdades regionais no País.

Outros fatores dessa divisão do espaço nacional em grandes unidades regionais podem ser apontados. A própria dimensão continental

do País contribui para moldar uma concepção de região com vasta extensão territorial. Por sua vez, a progressão do sistema de transportes veio favorecer esta escala regional, quer quando se trata da macrorregião tradicional quer quando se trata da região nodal. Essa perspectiva de espaço adapta-se, também, às condições de procura crescente de matérias-primas, pressionada pela expansão industrial e pela solicitação externa. Medidas de governo que dão suporte a essa diretiva se inscrevem na esfera de competência federal, a qual se incumbe da promoção de pesquisas e de planos setoriais nas grandes extensões quase despovoadas do interior do País.

Essa escala, já o dissemos, comporta quadros regionais tradicionais, onde a atuação federal pode, em certa medida, ser visualizada como moderna tomada de posse do território. Tal atuação, primordialmente política, incorpora também interesses econômicos que, como aludimos em parágrafo anterior, se referem a necessidades de exploração de recursos naturais, inclusive dos não renováveis, e de ativação do setor agropecuário.

As macrorregiões que se elaboram em torno do processo induzido de industrialização de metrópoles correspondem ao incremento de articulações econômicas dentro de suas áreas de influência, refletindo o desenvolvimento de condições de mercado. Distinguem-se relações de caráter intersetorial e as que dizem respeito ao consumo regional de uma parte da produção industrial implantada na respectiva metrópole. Nesse tocante caberia cogitar até que ponto essas relações intra-regionais poderiam ser impulsionadas, mediante regulação própria de incentivos. Quanto ao desenvolvimento intersetorial, serviria de exemplo o pólo petroquímico do Nordeste, em torno do qual se vincularia a expansão de indústrias de plásticos, de fibras sintéticas e outras, além da infra-estrutura comercial. Quanto às relações de consumo regional, é de se esperar que uma região, após expandir o setor de exportação na fase de arrancada de sua economia, deverá impulsionar os laços internos, a fim de conseguir um desenvolvimento continuado e não apenas uma situação de crescimento. Nesse tocante, compara-se a expansão da região com a da cidade, cujo crescimento se faz acompanhar normalmente da redução proporcional do setor básico. Um exemplo pode ser apontado na área de Porto Alegre, onde a instalação da usina de aço Piratini e da refinaria A. Pasqualini inclui o propósito de atender a efeitos de repercussão "para frente", implicando na fabricação de equipamentos, máquinas agrícolas, adubos e inseticidas, no Rio Grande do Sul, a serem utilizados em boa parte na região de influência da capital (MARICATO e FERRARI, O. F., inédito). O crescimento do mercado regional leva a investigar, também, até que ponto se abrem perspectivas para o desenvolvimento de pequenos e médios empresários nacionais.

Grandes diferenças se estabelecem, portanto, quanto à natureza e escala das macrorregiões no Brasil, cabendo distinguir como fatores principais a posição de cada unidade relativamente ao Centro; o processo histórico de cada uma destas regiões; a representatividade e participação do empresariado regional.

Deste modo, a natureza e escala de uma região como a de São Paulo dizem respeito à extensão em mancha de óleo que se propaga a partir do foco metropolitano de onde se irradia a industrialização, apresentando ocupação contínua de densidades relativamente elevadas e valendo-se do desenvolvimento dos transportes terrestres. A natureza e escala da macrorregião da Amazônia são completamente diversas. A unidade desta região repousa na manutenção de grandes espaços naturais. As mudanças que aí se produzem localizam-se em trechos discretos, correspondendo a uma forma de repercussão do dinamismo do Centro

sobre o interior do País. Em outras palavras, as transformações na Região relacionam-se a movimentos coordenados de fora.

Deste modo, o crescimento continuado das atividades econômicas e da população dentro de um determinado espaço regional leva à criação de novas e mais complexas estruturas internas, que passam a caracterizar a natureza e escala da região. Compreende-se, assim, que a macrorregião em torno de São Paulo apresente natureza diferente de outras macrorregiões do País e adquira uma escala apropriada, no que se confirmariam leis da alometria. Em torno de uma metrópole como a aglomeração paulistana, de onde se irradiam eixos de transporte balizados pelas principais cidades da região, elaboram-se, portanto, formas espaciais de organização nodal. Por sua vez, regiões homogêneas novas poderão se definir dentro de macrorregiões interiorizadas, em resposta à expansão da fronteira agrícola. Não obstante, as condições mais comuns no território nacional dizem respeito à superposição dos dois padrões de organização regional, isto é, a grande unidade homogênea contendo regiões nodais ou a grande unidade nodal incluindo regiões homogêneas.

1.2 - Delineamento dos padrões de meso e microrregiões

As mesmas forças que contribuem para estruturar o País em macrorregiões repercutem em todos os níveis de organização do espaço: mesorregiões, microrregiões e estruturas locais. Converte-se, mais uma vez, para a noção de que essa estruturação mais hierarquizada do espaço com prevalência da escala macrorregional sobre a regional e, desta sobre a local, é uma representação da economia industrial e da política de centralização. Sob essa atuação definem-se, além de grandes unidades regionais, áreas de “economias de urbanização” que estão na base da expansão metropolitana; áreas de “economia de localização”, a que corresponde, por exemplo, a formação de um centro industrial, como Americana; “lugares centrais” de hierarquia elevada e áreas de “vocaçào de empresariado local”, como na bacia do Itajaí.*

A natureza de unidades regionais em escala meso e micro pode ser reconhecida nos seguintes tipos:

- área metropolitana, aglomerado a que corresponde um espaço urbano contínuo, formado pelo núcleo metropolitano, por subúrbios e satélites;
- região metropolitana, conjunto espacial que se refere a uma estrutura urbano-industrial e que resulta da desconcentração de atividades a partir da área metropolitana, podendo implicar em escala micro ou mesorregional. Em São Paulo, essa desconcentração se mostra espontânea, tendendo para a dimensão de mesorregião, mas é induzida, quando se trata da implantação de distritos industriais, como em Salvador (Aratu) e outras.

Nestas unidades os problemas regionais passam a se identificar com os da própria cidade central, no que se incluem os que dizem respeito à qualidade de vida das metrópoles.

* Dado a prevalência das empresas estatal e multinacionais neste conjunto de forças e o papel dos investimentos públicos em infra-estrutura, adquire grande interesse distinguir o desenvolvimento induzido de centros, seja pelo poder público seja pela grande empresa privada, do desenvolvimento espontâneo de centros (BARAT, J. inédito) na elaboração das estruturas regionais.

- eixo de industrialização, ao longo de vias de transporte, como o do Vale do Paraíba ou o da Estrada de Ferro Paulista, a partir da cidade de São Paulo. Nesse tipo de região assinalam-se conurbações como a de Barra Mansa, Volta Redonda, ou formação de metropolização secundária, em torno de Campinas, por exemplo. Diversas cidades têm sua expansão condicionada à posição sobre um desses eixos ou à margem dos mesmos. Serve de ilustração a comparação entre Rezende e Marquês de Valença;
- região agrícola com sistema de lugares-centrais distribuídos por ordem-tamanho e com o principal núcleo bastante industrializado. O planalto ocidental paulista e sua extensão para o norte paranaense correspondem a regiões deste tipo;
- região agrícola com sistema de lugares-centrais distribuídos por ordem-tamanho, sem dispor porém de cidades de maior porte ou de industrialização importante, como o oeste paranaense-catarinense;
- região agrícola com sistema urbano de cidade-primaz;
- eixo de industrialização ao longo de vias de transporte, como o região ao longo da depressão transmontana de Patos a Cajazeiras, na Paraíba;
- região de fronteira agrícola;
- região natural.

Uma aproximação bastante aceitável da atual organização espacial em macrorregiões, diferenciadas pelos tipos de meso e microrregiões que elas contêm, foi dada pela divisão do País em dez grandes unidades na “*Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1970 do IBGE*”.

1.3 - Macrorregiões do Brasil

Passamos a seguir à análise da estruturação do espaço nacional, limitadas ao enfoque das macrorregiões.

O exame das tabelas que seguem mostra mudanças ocorridas na estrutura espacial do País ao nível das macrorregiões tradicionais, bem como a incorporação da experiência estadual, que leva a diferenciar macrorregiões, no Sudeste.

O cotejo entre os quadros permite distinguir situações diversas das Regiões do País, em períodos de tempo diferentes.

Considerando o período 1940-69, verifica-se que os ganhos em população urbana ocorreram no Sul e sobretudo no Centro-Oeste, Regiões onde a expansão agrícola é mais acentuada. Significa dizer que a urbanização se acelerou em todo o País, independentemente da localização principal de indústrias ou da dependência direta de empregos industriais.

A Região Sudeste, a despeito da ligeira perda quanto à concentração da população urbana, registrou ganhos em termos de pessoal ocupado na indústria e, principalmente, no valor da transformação industrial. Evidencia-se, assim, o caráter de dominância desta unidade de espaço, fundado em setores motrizes da atividade manufatureira.

Tab. 1A¹

Ganhos e Perdas em População Urbana, Pessoal Ocupado na Indústria e Valor da Transformação Industrial Segundo a Divisão do Brasil em 5 Macrorregiões

Regiões	População Urbana (1940-1970)	Pessoal Ocupado na Indústria (1940-1969)	Valor da Transformação Industrial (1940-1969)
Sudeste	1,0	9,3	7,4
Sul	12,3	7,8	-12,4
Centro-Oeste	55,4	22,5	6,0
Nordeste	-13,6	-43,5	-33,9
Norte	0,9	-28,4	-13,2

FONTE: *Censos Demográfico e Econômico de 1940*, IBGE.

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1970 IBGE.

Produção Industrial, 1969, IBGE.

1 Os valores de ganho ou perda (G) são obtidos pela fórmula $G = \frac{Yr - Hr}{Yr} 100$

quando Yr for maior que Hr ou $G = \frac{Yr - Hr}{Hr} 100$ quando Hr for maior que Yr,

onde $Hr = Xr \frac{Y}{X}$

Y = População Urbana, ou Pessoal Ocupado na Indústria ou Valor da Transformação Industrial do Brasil em 1970 (1969).

X = População Urbana, ou Pessoal Ocupado na Indústria ou Valor da Transformação Industrial do Brasil em 1940.

Xr = População Urbana, ou Pessoal Ocupado na Indústria ou Valor da Transformação Industrial da Região em 1940.

Yr = População Urbana, ou Pessoal Ocupado na Indústria ou Valor da Transformação Industrial da Região em 1970 (1965).

Os valores de Y/X são: População Urbana 4,1; Pessoal Ocupado na Indústria 2,2; Valor da Transformação Industrial 4,8.

Tab. 1B

Ganhos e Perdas em População Urbana, Pessoal Ocupado na Indústria e Valor da Transformação Industrial, Segundo a Divisão do Brasil em 5 Macrorregiões

Regiões	População Urbana (1960-1970)	Pessoal Ocupado na Indústria (1960-1969)	Valor da Transformação Industrial (1960-1969)
Sudeste	0,38	3,07	2,47
Sul	0,86	3,16	- 5,28
Centro-Oeste	30,00	19,58	8,79
Nordeste	-13,60	-20,74	-15,97
Norte	39,66	9,96	-29,97

Fontes: *Anuário Estatístico, 1962*, IBGE.

Sinopse Preliminar dos Censos Demográficos, 1960, IBGE.

Censo Industrial do Brasil, 1960, IBGE.

Produção Industrial de 1969, IBGE.

Censo Demográfico, 1970, IBGE.

O período 1960-69 revela, porém, alterações significativas nestes aspectos. Importa assinalar que nesse lapso de tempo caracterizou-se mais pronunciadamente a difusão industrial a partir da *core-área*. De um lado, nota-se a diminuição do ritmo da concentração fabril no Sudeste, conquanto se tenha elevado, ligeiramente, a taxa de urbanização relativamente ao período 1940-70. Confirmam-se, deste modo, resultados de outros estudos que indicam aumento do índice de correlação entre tamanho de cidade e dimensão da atividade fabril de seus municípios entre 1960 e 70. Significa dizer que, em termos gerais, os centros urbanos alcançaram maior crescimento nas áreas industrializadas, onde também aumentou o número de empregos no setor terciário. Verifica-se, assim, que houve maior diferenciação interna no sistema urbano.

Na Região Sul declinaram os índices que se referem à população, mas o valor da transformação industrial já não se mostrou tão inferior à média nacional, como no período entre 1940 e 1969. Significa dizer que nessa área vêm se desenvolvendo atividades fabris que implicam em maior agregado do trabalho industrial.

Por outro lado, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, os elevados índices expressam o caráter recente da implantação de indústrias, principalmente na Amazônia, que entre 1940-69 acusou valores negativos em todos os itens considerados. No período mais recente, o Centro-Oeste não apresentou porém repercussão tão acentuada nos itens relativos à população, aumentando, entretanto, o valor do agregado de trabalho industrial. Entende-se com isto que, conquanto incipiente, a implantação de fábricas deve estar relacionada também ao fim da década de 50. Por sua vez, o Nordeste mantém ainda índices abaixo da média nacional, contudo são valores negativos menos acentuados.

Mas o processo de difusão de indústrias para regiões periféricas já se manifestou também nos resultados do período 1940-69. O grau de concentração da atividade fabril no Sudeste, ainda muito elevado, mostrou-se mais acentuado nos chamados setores modernos. As perdas foram significativas em Minerais Não Metálicos, Madeira e Mobiliário, Bebidas e Fumo, Vestuário e Calçados, no que se traduz o caminhar de alguns gêneros industriais para regiões periféricas.

Mudanças na estrutura interna do Sudeste também podem ser constatadas no período 1940-69 (Tabelas 2). Verifica-se, por exemplo, que a Região mantém concentração no setor Têxtil (ganho de 0,5%) a nível nacional, em função do desenvolvimento da produção com fios artificiais ou da renovação dos equipamentos em geral. Mas a participação dessa indústria na estrutura fabril interna do Sudeste declinou (perda de 58%) de modo acentuado. Essa mudança se refere a ganhos importantes no chamado setor dinâmico, que compreende as indústrias mecânicas, material elétrico e comunicações, material de transporte, borracha, papel e papelão, química e produtos farmacêuticos; refere-se, igualmente, a perdas no setor tradicional, como nas indústrias de couros e peles, têxtil, bebidas e fumo, produtos alimentares.

1.3.1. - Macrorregiões do Sudeste

Os dados globais do Sudeste mascaram, porém, diferenças do processo nos Estados que o compõem. O Sudeste, na verdade, compreende três Macrorregiões que se desenvolvem em torno de suas três metrópoles.

Tab. 2'

**Ganhos e Perdas do Valor da Transformação Industrial
(V.T.I.) no Sudeste, em percentagem, por Gêneros de
Indústrias entre 1940 e 1969 e Concentração dos
Gêneros no Sudeste em 1969**

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	Perdas e Ganhos do Sudeste em Relação ao Respectivo Gênero no Brasil	Perdas e Ganhos em Relação ao Total da Região	Concen- tração no Sudeste %
1. Minerais Não Metálicos	---19,0	---18,0	70
2. Metalurgia	4,0	30,0	90
3. Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transportes	--- 4,0	71,0	93
4. Madeira e Mobiliário	---13,5	38,0	49
5. Papel e Papelão	19,0	51,0	89
6. Borracha	22,5	74,0	92
7. Couros e Peles	0,5	---66,0	52
8. Química, Produtos de Perfumaria e Farmacêu- ticos	6,0	38,0	87
9. Têxtil	0,5	---58,0	77
10. Vestuário e Calçados	--- 6,5	---50,0	72
11. Produtos Alimentares	11,0	---43,0	66
12. Bebidas e Fumo	---10,0	---48,0	65
13. Editorial e Gráfica	0,0	---24,0	83
14. Total	7,5	0,0	80

FONTE: *Censos Economicos de 1940, IBGE*
Valor da Produção Industrial, em 1969, IBGE

I $Y = V.T.I.$ do Brasil no Gênero considerado, em 1969, no caso da 1.^a coluna;
 $V.T.I.$ do total das indústrias na Região, em 1969, no caso da 2.^a coluna.

X = $V.T.I.$ do Brasil, no gênero considerado, em 1940, no caso da 1.^a coluna;
 $V.T.I.$ do total das indústrias na Região, em 1940, no caso da 2.^a coluna.

$Y_r = V.T.I.$ do gênero considerado na Região, em 1969.

$Y_r = V.T.I.$ do gênero considerado na Região, em 1940.

1.3.1.1. - Macrorregião de São Paulo: O Sudeste Ocidental

A macrorregião de São Paulo é a que melhor representa o desenvolvimento de uma economia de tipo mercado no País, expressando-se na continuidade da ocupação humana em área. Contrasta, assim, com aquelas Regiões que dependem, sobretudo, da atuação de planejamento para a implantação de atividades econômicas e cujo padrão de ocupação pode ser configurado em pontos e linhas.

A expansão metropolitana do principal centro nacional identifica o trecho de maior reforço da litoralização, que compreende uma faixa de considerável amplitude, abrangendo áreas ainda hoje designadas de "interior". Como consequência da concentração de recursos nesse "litoral", o movimento de interiorização é também o mais denso e avançado no território nacional.

A escala da macrorregião corresponde aproximadamente a do Estado de São Paulo, transbordando, ainda, sobre unidades vizinhas. A atuação do governo estadual equivaleu ao de uma Superintendência Regional, ao cuidar da implantação de infra-estrutura, principalmente no campo dos transportes, da energia, da educação, e no setor urbano.

O quadro adiante mostra que, apesar de alterar profundamente sua estrutura industrial, o Estado de São Paulo não deixou de ampliar o grau de concentração em quase todos os gêneros industriais. Nesta unidade da Federação os índices da urbanização e da industrialização cresceram de modo coordenado. Considerando em 1940 o índice 100 para a população urbana e pessoal ocupado na indústria tem-se, em 1969, o de 415 quanto à população urbana e o de 335 quanto ao pessoal ocupado na indústria (Brasil: 405 e 247), respectivamente, em 1969.

Portanto, as perdas industriais no Sudeste se fazem, principalmente, às expensas da Guanabara, Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Um exame mais detalhado da alteração da estrutura industrial de São Paulo mostra que, embora tenha aumentado o grau de concentração em certos gêneros, como o têxtil, isto ocorreu devido a determinados grupos de indústrias, como a de fios artificiais; mas em outros grupos, como no de sacaria, houve caminhamento para a periferia.

Por outro lado, a concentração em indústrias do setor dinâmico foi tal que o índice de Gini, aplicado para indicar o grau de concentração ou diversificação na atividade secundária através da distribuição dos gêneros, depois de cair de 0,33 em 1940 para 0,17 em 1960 (fase de diversificação), se elevou a 0,22 em 1970 (figura 1), mostrando o desenvolvimento do pólo de São Paulo como centro das indústrias motrizes nacionais. Na verdade, esta ascensão do índice de Gini naquele último ano traduz diversificação no setor das indústrias mecânicas, que aí figuram em alto nível de agregação, abrangendo o gênero mecânico, propriamente dito o de material de transporte e o de material elétrico e comunicações.

Tab. 3
Ganhos Perdas em Valor da Transformação Industrial por Gêneros de Indústria

Gêneros	De São Paulo em Relação ao Brasil	Dos Gêneros de São Paulo em Relação ao Total do Estado
1. Minerais Não Metálicos	10,0	— 2,1
2. Metalurgia	32,0	43,0
3. Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte	0,3	67,0
4. Madeira e Mobiliário	5,0	—33,0
5. Papel e Papelão	40,0	59,0
6. Borracha	58,0	84,0
7. Couros e Peles	1,2	—70,0
8. Química e Perfumaria	26,0	44,0
9. Têxtil	10	—59,0
10. Vestuário e Calçados	19	—42,0
11. Alimentar	45	—19,0
12. Bebidas e Fumo	— 3,6	—52,0
13. Editorial e Gráfica	17	—19,0

FONTES: *Censos Economicos* de 1940, IBGE
Valor da Produção Industrial, em 1969, IBGE.

1.3.1.2. - Macrorregião da Guanabara

Como centro exportador cafeeiro, o Rio de Janeiro foi o núcleo de criação do Sudeste. Sua atuação, no passado, se diluiu em termos de metrópole regional, ao impor-se como centro nacional, dado seu papel de capital federal e às condições de sua área de influência que incluía outras unidades da Federação. Nesta função conjugou recursos de economia de mercado e recursos de planejamento a serviço de todo o espaço do País, mas principalmente a favor de São Paulo e de sua expansão para a conquista do interior. Desta atuação, a Guanabara adquiriu, todavia, uma consciência nacional ampla e despida de provincialismo, que permanece após a mudança da capital e que representa um lastro importante para o futuro de seu desempenho no País.

Conseqüentemente, e portanto distinta da forma regional de São Paulo, a projeção do Rio de Janeiro sobre o espaço manifestou-se em uma geometria de pontos e linhas, a que corresponde a criação sucessiva de cidades no interior, a implantação de empresas e de estradas. Como sede da iniciativa federal, a Guanabara foi o núcleo de onde partiu a criação de Goiânia e Brasília, da PETROBRÁS e da SUDENE.

No presente, decisões governamentais a respeito dos destinos da Guanabara são tomadas fora dessa unidade da Federação. A fusão proposta — Guanabara-Estado do Rio de Janeiro — vem simbolizar a valorização da escala regional face ao nível local, dentro das tendências de estruturação hierárquica que o modelo apresenta, uma vez que o Estado da Guanabara corresponde, na verdade, à expressão geográfica de um poder local. Nessa perspectiva a Guanabara terá oportunidade de reconstruir um campo regional próprio, fortalecendo as estruturas de sua área de influência. Por outro lado ganhará ensejo de ampliar a atuação metropolitana não só no âmbito dos limites do novo Estado como certamente com reflexos dentro da zona da Mata de Minas Gerais e no Espírito Santo.

A fusão vem, portanto, ao encontro da institucionalização de mais de uma área metropolitana sobre o litoral do Sudeste. Neste sentido pode representar um ato de integração do processo regional e da litoralização, no seu aspecto político. Levando em conta que essa litoralização representa a extensão do núcleo industrial-urbano, parece desdortinar-se para a Guanabara um futuro de implantações industriais e de atividades ligadas à tecnologia. Por outro lado trata-se do revigoreamento de uma escala estadual que se apresenta como unidade de equilíbrio no Sudeste, face a São Paulo e Minas Gerais. A tabela adiante mostra que na Guanabara e Rio de Janeiro prevaleceu a desconcentração industrial a favor de outras Regiões, entre 1940 e 1970.

Cabe aqui portanto ressaltar, como observação importante, que medidas devem ser tomadas para evitar a contenção da atividade econômica do pólo da Guanabara. Um outro elemento de alerta se refere à necessidade de preservar-se a consciência nacional da cidade do Rio de Janeiro, posto que seu passado como capital da República se torna cada vez mais abstrato, na medida em que se esvazia de quadros da administração federal.

**Ganhos e Perdas entre 1940 e 1970 da Guanabara +
Estado do Rio de Janeiro quanto ao V.T.I. por
Gêneros de Indústrias**

Gêneros	Em Relação ao Brasil	Em Relação ao Total do V.T.I. do Estado
1. Minerais Não Metálicos	-55,0	- 1,5
2. Metalurgia	- 9,6	63,0
3. Mecânica, Material Elétrico e Transporte	-13,0	85,0
4. Madeira e Mobiliário	-52,0	-24,0
5. Papel e Papelão	-41,0	53,0
6. Borracha	-81,0	17,0
7. Couros e Peles	18	-14,0
8. Química, Farmacêutica e Perfumaria	-32,0	55,0
9. Têxtil	-30,0	-36,0
10. Vestuário e Calçados	-49,0	-40,0
11. Alimentar	-49,0	-43,0
12. Bebidas e Fumo	89,0	91,0
13. Editorial e Gráfica	-18,0	27,0

FONTES: *Censos Econômicos de 1940*, IBGE.
Valor da Produção Industrial em 1969, IBGE.

1.3.1.3. - Macrorregião de Belo Horizonte

O Estado de Minas Gerais compreende vasto território, no qual Belo Horizonte emergiu como terceira metrópole do País quanto à população. Este espaço representa uma situação intermediária entre a litoralização correspondente às outras macrorregiões do Sudeste e o novo posicionamento do interior, decorrente do advento de Brasília. Apesar de alterações importantes na estrutura industrial entre 1940 e 1970, em valores relativos, como são os ganhos nos gêneros minerais não metálicos, mecânica, material elétrico e de comunicações, e material de transporte, química, farmacêutica e perfumaria, alimentar e bebidas, o Estado continua caracterizado como fonte de bens intermediários, em termos absolutos. O índice de GINI de 0,38, de 1940, baixou apenas para 0,32, em 1970.

1.3.2 - Macrorregião de Porto Alegre

Nessa área tem-se mais um exemplo da relação entre crescimento metropolitano sobre o litoral e expansão de cidades e atividades agroindustriais no interior. Refere-se ao revigoramento administrativo de dois Estados, bem individualizados, que vêm sendo incorporados a um processo de macrorregião.

No Rio Grande do Sul, Porto Alegre tende a se projetar como centro de indústrias nacionais e regionais e a consolidar uma rede urbana. Santa Catarina ressentiu-se, porém, de um centro polarizador, enquanto suas cidades mais industrializadas se voltam para o mercado nacional.

A distribuição da atividade industrial no Sul, segundo 4 padrões geográficos, indica de que maneira se estrutura a macrorregião:

- região metropolitana em torno de Porto Alegre, onde naturalmente se encontra a maior diversificação industrial;
- um “sistema urbano” industrializado que compreende a bacia do Itajaí (Blumenau) e Joinville;
- lugares centrais relativamente industrializados como Caxias do Sul ou Passo Fundo que, quase sempre, estão na dependência das respectivas economias regionais agrárias;
- indústrias dispersas em pequenas localidades ou sediadas em plena área rural, notadamente no setor madeireiro e alimentar.

1.3.3 - O Nordeste

A reduzida dimensão dos mercados estaduais no Nordeste é apontada como uma das razões da necessidade de se manter uma Região de escala geográfica tão ampla. O planejamento de uma industrialização voltada para o consumo regional deverá, certamente, apoiar-se em estratégias comuns para este vasto espaço, quer se trate de incentivar grandes estabelecimentos, de modo a encarar como mercado o conjunto da Região, quer se trate de incentivar pequenos estabelecimentos que atendam às diversas economias estaduais.

No tocante ao problema agrário, o planejamento, também, não poderá se ater às limitações do espaço estadual. Portanto, na atual ótica de revigoramento de atividades agroindustriais, no Nordeste, vê-se, novamente, valorizado o nível macrorregional, reassumindo importância a atuação da Superintendência Regional, agora hierarquicamente posicionada.

Essa orientação se faz com a incorporação das conquistas estaduais, fundadas principalmente no desenvolvimento de suas capitais como centros de comércio e serviços. A dimensão territorial de Estados como Sergipe, Alagoas ou Pernambuco se presta para a implantação de um subsistema de localidades centrais, em termos de administração e serviços, mas é demasiadamente restrita como mercado de indústrias regionais, em função de suas densidades econômicas atuais.

A evolução da estrutura espacial no Nordeste revela, igualmente, o jogo de repercussões entre litoral e interior. A expansão das metrópoles regionais de Recife e Salvador, bem como a de suas capitais estaduais, em geral, representa acentuação da litoralização que encontra confirmação na presente implantação da BR-101, unindo todos estes pontos. Por outro lado, as novas preocupações com o mundo agrário nordestino vêm representar a repercussão para o interior.

1.3.4 - Macrorregião da Amazônia

Um espaço onde dominam grandes regiões naturais tornou-se desafio para o País, tendo em vista a posição que o Brasil vem assumindo no conceito internacional. O famoso relatório do Hudson Institute constituiu-se em chamada vigorosa para este desafio. Nessa extensão não se reconhece propriamente a estrutura estadual, embora existam formalmente limites traçados no mapa. A ocupação humana na Amazônia se expressa em poucas linhas e pontos, a não ser em alguns trechos, como na Bragantina, onde assume forma de área.

Mais do que qualquer outra, esta macrorregião vem refletindo o papel decisivo da atuação federal que se expressa em uma forte superintendência regional. Vale dizer que aqui o governo se depara com problemas de um espaço a ser construído.

Na Amazônia processam-se movimentos simultâneos de entrada de populações, desde os que procuram formar pequenos empreendimentos, repetindo assim formas tradicionais de expansão de regiões novas, aos empresários de outras regiões do Brasil, a procura de recursos naturais, quer na agroindústria quer no setor mineral. Acresce, igualmente, a entrada dos interesses de firmas multinacionais, ligadas principalmente ao setor extrativo vegetal e mineral. Mas todos esses fluxos se calçam em uma atuação diversificada do governo seja no campo da pesquisa seja na preparação de infra-estruturas seja nos incentivos ao deslocamento de populações. O poder federal depara-se, assim, com o problema da intervenção no sentido de ordenar este processo de ocupação que envolve interesses de grupos sociais distintos.

Muito distante do núcleo central, a Amazônia logrou preservar aspectos de uma vida regional autônoma. Na estrutura atual dois pontos se salientam: Belém e Manaus que, de certa forma, atuam completamente. Sem falar das atividades de exportação extra-regional, Belém, no litoral, é a metrópole que se orienta para indústrias ligadas ao próprio crescimento urbano, como as do setor da construção e as de cimento. Já Manaus se orienta para a produção de bens intermediários no setor da siderurgia e da petroquímica (BESSA, T. e STEFFAN H. inédito).

1.3.5 - O Centro-Oeste

Durante muito tempo esse espaço oficial na divisão regional do Brasil era concebido como um conjunto de periferias ligadas ao Sudeste, Nordeste e Amazônia. Mais recentemente vêm se afirmando tendências à formação de uma macrorregião integrada em torno do núcleo regional (GEIGER, P. P. GUIMARÃES, M. R. e STEFFAN, H. — 1972) que se vem constituindo com a construção de cidades, Goiânia, em primeiro lugar e, depois, Brasília, a apenas 200 km de distância. As duas cidades, juntamente com Anápolis, próxima a ambas, totalizam atualmente cerca de 1 milhão de habitantes.

A criação da Superintendência Regional (SUDECO) veio institucionalizar o Centro-Oeste como macrorregião. A esse órgão cabe a incumbência de suprir esta grande área, inclusive o Pantanal, com a estrutura industrial necessária. Outros aspectos de desenvolvimento que se referem à escala mesorregional, como é o caso do Pantanal, são delegados porém a Companhias de nível inferior de atuação que vêm de ser criadas, reafirmando assim tendências à hierarquização, com reflexos sobre o espaço.

A elaboração do Centro-Oeste nessa perspectiva vem corresponder a novas concepções do interior na organização espacial do País, ao posicionar-se como fachada interna de contatos que se desenvolvem com a América do Sul e que encontra expressão na localização de Brasília como novo centro de decisões do Governo.

2. LITORALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO

A reelaboração de estruturas espaciais no País leva a considerar as novas proporções assumidas pela faixa costeira, em função dos investimentos que lhe são destinados e a progressão da regionalização para o interior.

O processo de litoralização decorre da própria formação histórica do País e corresponde a uma projeção refinada do passado sobre o futuro, integrando seqüências de evolução da estruturação do espaço nacional. A retomada da litoralização e da interiorização, assim como a nova regionalização, apoiam-se na industrialização, que impulsionou o desenvolvimento de grandes metrópoles e a intensificação de todo o sistema de relações.

Os centros metropolitanos que se localizam na fachada marítima atraem implantações industriais e promovem a urbanização do litoral. Mas, na medida em que as metrópoles representam a descontinuidade espacial do processo nacional de concentração econômica, também representam pontos de apoio da conquista do interior, com vistas à integração do território e à demanda crescente de recursos naturais. A pressão sobre os bens primários pode, em certa medida, ser relacionada a mecanismos do modelo de concentração de renda de países adiantados, nos quais a proporção que este processo se acentua, acentua-se, igualmente, a pressão sobre a exploração daqueles recursos em outras partes do mundo. Mais um termo de comparação com aquele modelo se delineia na configuração da metropolização que emergiu no País como extensão de Centro. Aludimos já em outras partes do trabalho que essa noção é reconhecida como reflexo dos próprios mecanismos de acumulação do capital, não obstante a escala que esta capitalização assume no Brasil.

Essas proposições, que podem ser tomadas como hipóteses de trabalho, se constituem, portanto, em motivo de investigação. Do mesmo modo, caberia averiguar até que ponto a emergência de diversos centros metropolitanos no País corresponde a funções diferenciadas e a formações sociais distintas dentro do conjunto nacional, à semelhança de sociedades capitalistas avançadas (CASTELLS, M., 1973). Nesse tocante, caberia também verificar até que ponto essas aglomerações se impõem como instrumento de organização regional e de integração de uma rede urbana nacional; ou até que ponto a noção de extensão do Centro implica em relações muito mais importantes dessas metrópoles com a *core-área* do que com os territórios que lhes são contíguos. Em resumo, cabe averiguar o papel que estes centros desempenham, levando em conta, a um tempo, sua posição na litoralização e na interiorização do espaço.

Mais um elemento da reestruturação do espaço litorâneo do País: as implantações que traduzem a intensificação de contatos com o exterior. A localização de certas indústrias junto ao mar é precípua, como a da construção naval ou das que mostram dependência crescente de matérias-primas ou de componentes importados. Mas a faixa litorânea vem se caracterizando pela introdução dos setores mais dinâmicos da indústria, como os da mecânica e da petroquímica, no que se poderia reconhecer a litoralização principal, isto é, a que se refere aos centros mais importantes. Implantações da metalurgia corresponderiam à litoralização secundária, na medida em que se estabelecem, também, em cidades de hierarquia inferior a das metrópoles, reforçando, assim, este processo espacial.

Essas condições vêm, também, ao encontro da política de exportação nacional de manufaturados e ao da expansão do comércio de cabotagem, relacionado ao crescimento geral da população e economia brasileiras. Acresce, ainda, que essa industrialização se conjuga aos esforços de reorganização portuária vinculada à estratégia dos "corredores de exportação", fazendo reviver uma antiga vocação do País.

A litoralização se confirma, igualmente, no desenvolvimento de áreas balneárias e de turismo. Deste modo, a construção do superporto

de Rio Grande e da ponte Rio-Niterói, a implantação da BR-101 e do metrô de São Paulo, a instalação de usinas siderúrgicas em Cubatão, na Guanabara, em Vitória e a planejada para Itaquí, em São Luís; o pólo petroquímico de Salvador, as realizações turísticas em João Pessoa ou Natal são investimentos na litoralização. Um tema de interesse seria o do confronto entre o montante dessas aplicações com as realizadas no interior.

Verifica-se, assim, como foi tardia a construção da Rio-Santos, que se propõe a unir os dois maiores portos do País, mostrando que a ocupação precedente do litoral representou, antes de mais nada, uma fixação de pontos de penetração para o desenvolvimento de espaços no interior. A litoralização atual se orienta, em primeiro lugar, para a articulação de trechos que se apresentam como fachadas costeiras de macrorregiões de nível mais elevado de industrialização e de estruturação; é de se esperar que deverá desenvolver entre essas fachadas um movimento contínuo de extensão do núcleo principal.

Verifica-se, assim, que somente em nossos dias trechos do litoral vão ser submetidos a uma circulação terrestre mais intensa, o que deveria servir de oportunidade para um planejamento racional de ocupação do solo, prevendo a divisão de usos e a preservação ambiental.

Seria errôneo considerar a interiorização como simples transferência de atividades e de população do litoral para o interior do País. Como vimos, ela se refere à confirmação das macrorregiões apoiadas nas metrópoles litorâneas, assim como à estruturação de novas macrorregiões em torno de centros menos industrializados, mas que se apresentam como instrumentos de controle e exploração do território.

A medida que aumenta, o volume econômico da faixa litorânea repercute sobre o interior, aprofundando a penetração e abrindo novas fronteiras agrícolas. A macrorregião do Centro-Oeste representa este adentramento mais avançado, fundado na expansão da agricultura e na projeção continental do País.

Litoralização e interiorização se encontram interligadas em processo balanceado, correspondendo a um modelo que vai incorporando e renovando o passado. A esse processo pode-se talvez atribuir um caráter cíclico, enquanto outras formas do modelo espacial, como a do centro-periferia, ou a da extensão do Centro, se apresentam como incorporações sucessivas.

Neste modelo, o próprio significado de litoral e interior se modifica na medida em que o primeiro se expande e o outro se aprofunda. Ao longo da história teríamos o seguinte esquema, dentro do qual o litoral se alarga sobre áreas que, no passado, se constituíram em interior:

<i>Formas de Implantação Urbana no Litoral</i>	<i>Repercussão de Implantações no Interior</i>
Feitorias	fímbria estreita de exploração de pau-brasil;
Cidades	produção açucareira no interior úmido; gado nos campos;
Capitais	expansão do café; formação do Brasil tropical atlântico;
Grandes cidades industrializadas	avanço de frentes pioneiras agrícolas aquém do rio Paraná, principalmente;
Metrópoles	integração do território; exploração de jazidas em pontos distantes, como a bauxita, no Pará, a cassiterita, em Rondônia, o manganês, no Amapá.

Portanto, no começo do século XVI, o interior correspondia a 30 km da costa, onde se extraía o pau-brasil, e que passou a ser litoral na fase açucareira. No século XIX os cafezais de Campinas eram o interior; hoje aquele centro sedia o aeroporto internacional, como parte da região metropolitana em torno de São Paulo, organizada sobre a faixa litorânea.

Deste modo, quando se observa o remanejamento que se opera no litoral, o reestabelecimento de portos e a implantação de “corredores de exportação”, podemos falar de um “redescobrimto”, implicando em outras dimensões de escala. Os canais atuais de escoamento da produção são muito mais interiorizados que no passado. Pode-se falar, também, de um “neobandeirismo” ao nos referirmos à penetração de empresários de São Paulo para o Centro-Oeste ou para a Amazônia, ainda que sob estímulo de incentivos fiscais. Se a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro representou a passagem da situação de colônia para a de nação independente, politicamente a do Rio de Janeiro para Brasília já vem representar, de certa forma, a passagem do Brasil de uma posição, apenas periférica no cenário mundial, para uma posição central, no Continente. A mudança da capital vem representar, assim, o acréscimo de um novo centro na espiral do processo histórico do País que envolve litoralização e interiorização.

Conclusão

A economia industrial constitui-se em agente das pulsações regionais. De um lado, promove grande aglomeração de indústrias voltadas para o mercado nacional, caracterizando-se em uma zona que funciona como núcleo-principal e que compreende São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, ela tende a integrar em um sistema de relações:

- metrópoles regionais que, como vimos, podem se apresentar como centros de competição, ao localizarem indústrias de escala nacional, e como centros de grandes mercados regionais;
- cidades-médias industrializadas, que evoluíram, tendo ponto de partida no empresariado local, tipo Juiz de Fora, Blumenau ou Joinville, ou tendo ponto de partida na indução externa, como Timóteo — Coronel Fabriciano — Ipatinga;
- lugares centrais, que desenvolvem o beneficiamento de produtos primários das meso e microrregiões em que estão inseridas e/ou que abrigam indústrias para o consumo das respectivas meso ou microrregiões;
- pequenos centros dispersos, com indústrias básicas ligadas a matérias-primas regionais.

Nesta visualização nega-se um modelo que se refere a um Centro espacialmente relacionado a uma única área geográfica e a periferias dependentes. A extensão descontínua do núcleo evidencia um processo balanceado de investimentos no litoral e no interior, através do qual vem emergindo um sistema regional mais hierarquizado, assim como sua ossatura, que vem a ser o sistema urbano. A integração do modelo centro-periferia com os modelos de regionalização e, ainda, com a dinâmica da litoralização e interiorização, pode também ser visualizada como movimento em espiral, dentro do qual emerge nova

função do Centro, que implica na evolução de Brasília para um papel de âmbito continental.

A natureza das macrorregiões do sistema varia de leste para oeste, ou seja, do litoral para o interior, assim como entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste, de acordo com o nível da industrialização e o grau de desenvolvimento.

Quanto aos diversos níveis de mesorregiões, sua existência se relaciona a extensões homogêneas do território ou a funções de centralidade urbana. Alguns Estados podem ser identificados como unidades mesorregionais, fundadas na atividade administrativa de suas capitais, em geral cidades cuja dimensão vai até 250.000 habitantes. No caso de São Paulo, a escala macro se confunde, praticamente, com a do Estado. Já Recife é, juntamente com Salvador, um pólo da macrorregião Nordeste e, ao mesmo tempo, a capital estadual de Pernambuco. Sob o efeito da industrialização, ou da centralidade, mesorregiões podem se expandir, retrair ou desaparecer.

Nesta hierarquização os “pontos de concentração”, as cidades, tendem a se integrar em economias regionais. Mas como elementos “locais” seu significado permanece enorme se levarmos em conta que as inovações se relacionam às peculiaridades de cada lugar como fenômenos que se desenvolvem a partir de pontos discretos do espaço.

A Geografia chama a atenção para a dinâmica das mudanças no espaço, apontando também para *aspectos explícitos* deste espaço. Estas características devem se refletir na escolha de escalas e de variáveis precípuas para regiões destinadas ao planejamento ou à divisão regional oficial, bem como para a localização e distribuição de investimentos.

Via de regra, não se atribui ao planejamento brasileiro uma estratégia espacial ou urbana. Mais acertadamente se poderia afirmar que não houve estratégia explícita, mas implícita, que se reflete em uma organização de espaço com linhas definidas. No entanto, à medida que este espaço se torna mais complexo, a conceptualização mental do modelo existente e do que se deseja implantar se revela importante para o planejamento, para que seja menos corretivo e mais normativo. Este planejamento tem diante de si problemas tão diversos como o do gigantismo metropolitano, com suas questões de qualidade de vida, em tudo semelhantes às de países desenvolvidos, senão mais graves ou problemas de construção de novas regiões.

Cabe, portanto, apontar os riscos de uma excessiva rigidez na hierarquização e nas soluções simétricas, quando tão diversa se mostra a natureza das Regiões. A valorização do centro local ou do poder local é um dos pontos a salientar, considerando-se que problemas como o da preservação de ambientes, por exemplo, a manutenção do facies arquetípico de São Luís — ou da capacidade de gerar inovações, se referem a características locais particulares. A esperança de que a industrialização brasileira se fará acompanhar de maior homogeneização cultural e maior conscientização nacional no processo de modernização e de integração é aspiração legítima do País. Esta homogeneização caracteriza os países desenvolvidos, mas não impede que as originalidades locais e o poder local sejam compreendidos como elementos inovadores e de enriquecimento cultural.

Naturalmente, abre-se vasto campo de pesquisas a respeito de mudanças na estrutura do espaço brasileiro. Além dos já apontados no decorrer do trabalho, outros temas se impõem como: escalas de tamanho de estabelecimentos para diversos grupos de indústria e sua relação com as escalas de mercado regional; distinção entre áreas de influência calcadas na distribuição de bens e serviços pelo sistema de

localidades centrais, e regionalização calcada nas relações empresariais de decisão e de controle nacional, bem como na formação de mercados próprios para a produção industrial. Finalmente, reafirmamos (BARAT, J. e GEIGER, P. P. 1973) a importância de se definir indústrias motrizes e pólos de desenvolvimento e, seguindo as proposições de LASUEN (1973), analisar as extensões que apresentam fora do Centro. Do mesmo modo devem ser analisados os efeitos de repercussão da indústria e as formas de difusão dos diferentes grupos de indústria.

BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, G. 1969 — “Essai sur la Connaissance Approchée” — J. Vrin, Paris.
- BARAT, J. e GEIGER, P.P. — 1973 — “Estrutura Econômica de Áreas Metropolitanas Brasileiras” *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 3 (3) 645:714, outubro 1973, IPEA, Rio de Janeiro.
- BARAT, J. (inédito) — “Notas Sobre o Planejamento Urbano no Brasil” Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela A.G.B., Belém, 1974.
- BECKER, B. — 1972 — “Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil”, *Rev. Bras. de Geog.* Ano 34 n.º 4 pp 101-116, IBGE, Rio de Janeiro.
- BERNARDES, L. 1971 — “Les villes capitales d'état au Brésil: une interpretation” *Cahiers de Géographie de Québec* 15^e année n.º 55 pp 171-190, Québec.
- BERRY, V. 1971 — *City Size and Economic Development: Conceptual Synthesis and Policy Problems with Special Reference to South and Southeast Asia* “*Urbanization and National Development*”, Beverly Hills: Sage Publication.
- BESSA DE ALMEIDA, M. T. e STEFFAN, E. R. (inédito) — “Indústria” *Geografia do Brasil vol. Norte*, IBGE, Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. 1973 — “La Question Urbaine” — Maspéro, F. Paris.
- DAVIDOVICH, F. (inédito) — “Indústria” *Geografia do Brasil, vol. Sudeste*, IBGE, Rio de Janeiro.
- DICKENSON, J. P. (1974) — “Inbalances in Brazil's Industrialization”, *Spatial Aspects of Development*, Willey, New York.
- FAISSOL, S. 1972 — “A Estrutura Urbana Brasileira: Uma Visão do Processo Brasileiro de Desenvolvimento Econômico”, *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 34, n.º 3 pp. 19-123, IBGE, Rio de Janeiro.
- GEIGER, P.P. 1970 — “Modelo da Estrutura Espacial do Brasil”, Curso para Professores de Geografia 16, IBGE, Rio de Janeiro.
- GEIGER, P. P. GUIMARÃES, M.R., STEFFAN, E. 1971 — “Application de la technique d'analyse des composants à l'étude des villes de la region du Centre-Ouest du Brésil” *Cahiers du Géographie de Québec*, 15^e année, n.º 35 pp 191-212.
- GEIGER, P.P., 1974 — “Reflexões sobre a Regionalização” Simpósio *Renovação de Geografia*, A.G.B. XXV Reunião Anual da S.B.P.C. Rio de Janeiro.
- LASUEN, J.R. 1973 — “Sobre el Desarrollo Nacional y Urbano” documento apresentado ao Simpósio sobre Desenvolvimento Urbano, Banco Nacional de Habitação, Rio de Janeiro.
- MARICATO, A.T. e FERRARI, O.F. (Inédito) — “Indústria” *Geografia do Brasil, vol. Sul*, IBGE, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, F. e REICHSTUL, H.P. (1973) — “Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil” Estudos CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências Ltda. São Paulo.

PINTO, D.A. (inédito) — “*Indústria*” *Geografia do Brasil vol. Nordeste*, IBGE, Rio de Janeiro — GB.

SOJA, S. W., (1971) — *The Political Organization of Space*, Commission on College Geography, Resource Paper n.º 8. Association of American Geographers, Washington DC.

THOMPSON, J.H. 1966 — “Some Theoretical Considerations for Manufacturing Geography” *Economic Geography*, vol. 42 n.º 4 pp 356-365

SUMMARY

This work proposes to subject the theme to a “new line of thinking”, surveying the problem of the complexity of the country's spatial structure, not confining its approach, therefore, to the central-peripheral areas, as commonly occurs with studies of this nature.

One of the first matters considered is that the principal guidelines of the actual spatial organization reflect a system whereby relations are established between an industrial economy and an official authority that upholds the capitalistic forms of development in the country. The formation of a spatial structure of the central-peripheral type is thus recognized as an innovation developed through industrialization, this having led to a great geographic concentration of human and economic resources and to the progressive integration of the nation's territory. On the other hand, however, industrialization also caused the reelaboration of the spatial structures that show a force of permanence in the country. The importance of the historic-structural category is thus stressed in the characterization of the geographic space.

In this connection, two principal notions are preeminent:

1 — the notion of the macroregion as a greatly extended space is a traditional overview of the nation's territorial structuring, maintained by its industrialization. At the spatial level, the necessities of production and consumption closely linked to the industrial economy carry the need for areas that possess a considerable volume of activities, which can mean vast expanses. In this manner, the macroregion scale embodies different types of space. This covers areas that are defined either by the natural environment or by the forms of settlement of people; those that are found in a more retarded stage of development gain an organization of official institutionalized character corresponding to the central authorities' controlling power over extensive territories. But the macroregion also refers to nodal regions which develop, spontaneously or because of government influence, around the metropolitan cities. Consequently, the Southeast which is the Core-Area elaborated by the geographic concentration of industry, is divided into three macroregions, corresponding to each one of its metropolises.

Great differences can be perceived both in the nature and in the scale of the macroregions in Brazil; they are distinguished principally by the position of each unit in relation to the Center, by the historic process undergone by each one of these regions and by the representativeness and participation of the regional business community.

2 — the notion of a dynamism of coastal-oriented economic activities and the different efforts made for impelling them inland, which marked the historic formation of the nation. There is a new form of coastal orientation which corresponds to the emergence of metropolitan centers which are, in their majority, located along the coastline. The metropolitan category implies attraction of various kinds of resources and the setting up of industries, in which the spatial discontinuity of a national system of centralization, not only economic but also political and financial, is expressed. Characteristics of the “extension of the Center” are thus evidenced in the official policy of tax incentives given as a means of reducing the capital costs of enterprises established in the Core-Area. The inland directional movement, for its part, leads off from the metropolitan centers which become points that support the advance into the inland territory for purpose of national integration and to attend to time evergrowing demand for natural resources. In this manner occurs the structuring of the new macroregions, backed by these coastal metropolises.

Among its principal features, the work underscores the fact that there is evidence of the development in the country of a more hierarchical structuring of the space, whereby the different levels — macro, meso, microrregional and local — are subject to the same ensemble of forces, that is to say, the performance of the industrial economy and the policy of centralization. Hence, regional structures that are in process of development are not necessarily guided

by the widescale availability of decision-making centers or of regional business enterprises in a social context such as exists in Brazil where State corporations and multinational companies predominate. In certain cases, they apply to the existence of a regional market of such importance that the volume of industrial activity installed in the respective metropolis, even as an "extension of the Center", does not merely depend on relationships with the Core-Area. The work also stresses the fact that this process is identifiable with a pulsating space, to the extent that certain units tend to expand, to retract or to disappear altogether. This process also brings in mind the cyclical conditions of the space, insofar as it evidences a well-balanced dynamism of the concentration of investments in the maritime regions and the repercussions thereof in the interior of the country, corresponding to a spatial model that integrates the past and projects it into the future. Other forms of spatial models, such as the central-peripheral or that of the extension of the Center, appear as successive incorporations.

Among other considerations, in its conclusion, the work attributes to Geography the rôle of emphasizing the dynamism of the changes that occur in the space. In this respect, one must bear in mind the *explicit aspects* of this space, which signifies that there is a choice of scales and of principal variables.

Insofar as regional planning is concerned, attention is called to the danger of adopting excessively strict measures in the hierarchization and in the application of symmetric solutions, when the nature of the regions show itself to be so varied. Along with this, emphasis is laid on the importance of preserving local forces as innovating elements and for cultural enrichment.

RESUMÉ

Le travail se propose de "repenser" le thème, poursuivant l'étude du problème de la complexité de la structure spatiale du pays, en ne se limitant pas, par conséquent, à envisager spécialement le centre-périphérie, comme il se produit généralement dans les études sur cette matière.

Une des premières considérations porte sur le fait que les lignes principales de l'organisation actuelle de l'espace reflètent un système par lequel des relations sont établies entre une économie industrielle et un pouvoir officiel appuyant le développement suivant les formes capitalistes du pays. On reconnaît ainsi la formation d'une structure spatiale du type centre-périphérie, comme une innovation développée par l'industrialisation, que mène à la grande concentration géographique de ressources humaines et économiques et à l'intégration progressive du territoire national. Mais, d'un autre côté, l'industrialisation a aussi provoqué la réélaboration de structures spatiales qui montrent une force de permanence dans le pays. L'importance de la catégorie historique-structurelle dans la caractérisation de l'espace géographique est ainsi soulignée.

Sous ce rapport, deux notions principales apparaissent :

1 — la notion de la macrorégion comme espace de grande étendue est une conception à l'échelle traditionnelle dans la structuration du territoire national, qui se maintient avec l'industrialisation. Au niveau de l'espace, les nécessités de production et de consommation articulées à l'économie industrielle sous-entendent des zones de considérable volume d'activités, qui peuvent se traduire en de vastes surfaces. De cette façon, l'échelle de la macrorégion incorpore différents types d'espace. Il s'agit de régions définies ou par le cadre naturel ou par les formes de leur peuplement; celles qui se trouvent à des niveaux de développement plus retardés sont pourvues d'une organisation officielle institutionnalisée, ce qui correspond à l'action contrôlée du pouvoir central s'exerçant sur de larges territoires. Mais la macrorégion se réfère aussi à des régions nodales qui se développent autour des villes métropolitaines, ou spontanément ou par l'influence du gouvernement. De cette manière, le Sudest, qui est la "Core-Area" (région-âme) produite par la concentration géographique de l'industrialisation, se divise en trois macrorégions, correspondant à chacune de ses métropoles.

De grandes différences sont signalées dans la nature et à l'échelle des macrorégions du Brésil; elles se distinguent principalement par la position de chaque unité par rapport au Centre, le processus historique de chacune de ces régions et la représentativité et participation des hommes d'affaires dans la région.

2 — la notion d'une dynamique de localisation littorale des activités économiques et de ses différentes poussées effectuées vers l'intérieur, qui a marqué la formation historique du pays. Un nouveau mouvement de localisation au littoral correspond à l'émergence de centres métropolitains, dont la plus grande partie se trouve sur les côtes maritimes. La catégorie métropolitaine entraîne une attraction de ressources diverses et la mise en place d'industries, d'où ressort la discontinuité spatiale d'un système national de cen-

tralisation, non seulement économique, mais aussi politique et financier. On trouve ainsi les caractéristiques de "l'extension du Centre" dans la politique officielle d'encouragements fiscaux, qui sont offerts comme des manières de réduire les débours de capitaux des entreprises siégeant dans la "Core-Area" (région-âme). De son côté, la poussée vers l'intérieur progresse à partir des centres métropolitains qui se constituent en points d'appui de l'avance dans le sein du territoire, tendant vers l'intégration nationale et pour répondre à la demande croissante portant sur les ressources naturelles. C'est ainsi que l'on voit se confirmer la structuration de nouvelles macrorégions qui s'appuient sur ces métropoles littorales.

Entre ses matières principales, le travail fait ressortir le fait que, dans le pays, une structure plus hiérarchisée de l'espace est en voie de développement, dans laquelle les différents niveaux — macro, meso, microrégion et local — sont subordonnés au même ensemble de forces, c'est à dire, à l'agissement de l'économie industrielle et de la politique de centralisation. De cette façon, les structures régionales qui se développent ne sont pas orientées, à proprement dire, par une forte présence de centres de décision ou d'entreprises d'affaires dans un contexte social comme celui du Brésil, où dominent les sociétés de l'Etat et ou les compagnies multinationales. En certains cas, elles se réfèrent à l'existence d'un marché régional de telle importance que le volume de l'activité industrielle établie dans la métropole respective, même comme "extension du Centre", ne dépend pas seulement des relations avec la "Core-Area" (région-âme). Le travail fait aussi valoir le fait que ce processus s'identifie à celui d'un espace en pulsation, dans la mesure que certaines unités régionales peuvent s'agrandir, diminuer ou disparaître. Ce processus évoque également les conditions cycliques de l'espace, dans la mesure qu'il démontre une dynamique équilibrée de concentration d'investissements sur le littoral et de leurs répercussions sur l'intérieur, correspondant à un modèle spatial qui intègre le passé et le projeté dans l'avenir. D'autres formes de modèle spatial, telles que celui du centre-périphérie ou de l'extension du Centre, sont aperçues comme des incorporations successives.

Parmi d'autres considérations, la conclusion du travail attribue à la Géographie le rôle de souligner la dynamique des changements qui s'opèrent dans l'espace. A ce sujet, il faut prendre en considération les *aspects explicites* de cet espace, qui doivent engager au choix des principales échelles et variables.

En ce concerne le planning régional, l'attention est attirée sur le danger d'assumer une rigidité excessive dans la hiérarchisation et les solutions symétriques, quand la nature des régions se montre tellement variée. On souligne également l'importance de préserver les forces locales, comme éléments d'innovation et d'enrichissement culturel.